



Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar

2019, 10/2019 (Pen 6510)
Fátima Borges Adel
Sónia Cristina Apolinário Soares
Agostinho Soares
Graça da Machado

Norma de controlo interno

Preâmbulo

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), documento que consubstanciou a reforma da administração financeira e das contas públicas no sector da Administração Autárquica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 dezembro, visou objetivamente a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, numa contabilidade pública integrada, como instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais, e introduziu o Sistema de Controlo Interno a adotar pelas autarquias locais. O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, aprovou o novo sistema de normalização contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), revogando, assim, o POCAL e mantendo apenas em vigor os pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos respetivamente ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações orçamentais.

Apresenta-se como uma nova solução de gestão financeira para fazer face às exigências do novo modelo de normalização contabilística, permitindo a convergência das práticas de contabilização e avaliação de ativos e passivos, dos organismos da administração pública. A implementação do SNC-AP representa uma alteração profunda na organização da informação contabilístico-financeira das autarquias locais. Este novo modelo assegura um controlo financeiro global, desde a preparação do orçamento e respetivas alterações, até à sua execução e prestação de contas. Promove também a transparência, a comparabilidade das demonstrações financeiras e a desejada eficiência da gestão pública. A Norma de Controlo Interno, visa, por ser obrigatória, definir as políticas e operações de controlo necessárias à implementação dessa reforma.

UTB
Sónia Apolinário



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

A presente norma tem como objetivo definir a Norma de Controlo Interno a adotar pela Junta de Freguesia de Vreia de Bornes englobando o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma adequada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e integridade dos registos contabilísticos e a preparação da informação financeira fiável de forma oportuna.



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto

1. O sistema de controlo interno a adotar por esta autarquia pretende estabelecer o sistema de controlo interno onde seja identificado o plano de organização, bem como os métodos, regras e procedimentos a adotar por esta autarquia local, de acordo com um conjunto de princípios que permitam alcançar uma maior eficácia na gestão dos serviços.

2. O presente regulamento visa ainda garantir o cumprimento de todas as disposições legais e normas internas existentes, tendo em vista a verificação da organização dos respetivos processos e documentos, regendo-se assim pela seguinte legislação:

- a) SNC-AP – DL n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- b) POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;
- c) Competências e regime jurídico das autarquias locais, estabelecido na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- d) Demais diplomas legais aplicáveis às autarquias locais, incluindo despachos e outras normas e regulamentos em vigor na Junta de Freguesia de Vreia de Bornes.



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1. O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, estabelece no seu artigo 3.º que a contabilidade das autarquias locais compreende, entre outros, o sistema de controlo interno.
2. O regulamento é aplicável a todos os serviços da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes e é gerido pelo órgão executivo desta autarquia, nos termos do ponto 2.9 do Plano de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).
3. Compete ao Presidente da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes e aos seus membros, zelar pelo cumprimento dos procedimentos constantes da presente norma.
4. Compete ainda aos membros da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes o acompanhamento da colocação em funcionamento e execução das normas e procedimentos de controlo, devendo igualmente promover a recolha de sugestões, propostas e contributos tendo em vista a avaliação, revisão e permanente adequação dessas normas e procedimentos à realidade da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes.

Artigo 3.º

Finalidade

A Norma de Controlo Interno estabelece os procedimentos ajustados à realidade dos serviços da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes com vista a assegurar o cumprimento dos seguintes objetivos:

- a) Cumprimento das normas de contabilidade pública;
- b) Cumprimento das deliberações dos órgãos e das decisões proferidas, conforme competências previstas na lei ou que tenham sido objeto de delegação/subdelegação;
- c) Salvaguarda da legalidade e da regularidade, no que respeita à elaboração, execução e modificação dos documentos previsionais, à elaboração das demonstrações financeiras e ao sistema contabilístico;
- d) Salvaguarda do património;



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

- d) Salvaguarda do património;
- e) Aprovação e controlo de documentos;
- f) Exatidão e integridade dos registos contabilísticos, bem como a garantia da fiabilidade da informação produzida;
- g) Incremento da eficiência das operações;
- h) Utilização adequada dos fundos e o cumprimento dos limites legais à assunção de encargos;
- i) Registo oportuno das operações, pela quantia correta, nos documentos e livros apropriados e no período contabilístico a que respeitam, de acordo com as decisões de gestão e no respeito das normas legais/regulamentares.
- j) Estímulo à revisão e reajustamento dos sistemas de informação e das normas internas, de modo a assegurar a sua atualização, em correspondência com a evolução da realidade da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes.
- k) Contribuição para o aumento da eficiência e para a eliminação de tarefas e procedimentos desnecessários ou desatualizados;
- l) Prevenção e deteção da existência de ilegalidades, fraudes e erros;
- m) Garantia de que os procedimentos são autorizados e executados, de acordo com o quadro de competências próprias e delegadas e a segregação de funções existentes na Autarquia;
- n) Garantia da responsabilização dos diferentes intervenientes na organização e gestão da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes .



Capítulo II

Das Competências e Práticas dos Atos

Artigo 4.º

Competências

1. As competências da administração da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes são as definidas para a freguesia de Vreia de Bornes e para o Presidente da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes, nos termos da Lei.
2. Compete ao Presidente da Autarquia a coordenação de todas as operações que envolvam a gestão financeira e patrimonial da autarquia, salvo os casos em que por imperativo legal, deva expressamente intervir o órgão executivo.
3. Por ato de delegação de competências podem ser distribuídas aos restantes eleitos competências específicas.
4. Nenhuma despesa poderá ser assumida sem que haja uma autorização prévia e expressa, sendo em caso contrário, para efeitos internos, considerada inexistente e com responsabilização pessoal do autor.
5. Por atos que contrariem o preceituado nesta norma interna e os princípios gerais, serão responsabilizados os autores dos respetivos atos.

Artigo 5.º

Apreciação e julgamento das contas

1. As contas da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes são apreciadas pelo respetivo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária, no mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam.
2. As contas da Freguesia são remetidas, pelo órgão executivo, nos termos da Lei, ao Tribunal de Contas, até 30 de abril, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo, com cópias às entidades competentes.



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

Artigo 6.º

Gestão do Atendimento

1. O atendimento aos cidadãos funciona na sede da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes, podendo ser descentralizado noutros locais mediante deliberação do órgão executivo.



Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar

Capítulo III

Documentos e Regras Provisionais

Artigo 7.º

Tipos de Documentos Oficiais

1. Os documentos são os suportes dos atos e formalidades integrantes dos procedimentos.
2. São documentos oficiais, os seguintes:
 - a) Regulamentos de eficácia externa e interna;
 - b) Atas das reuniões da Autarquia e das sessões da Assembleia de Freguesia;
 - c) Documentos previsionais: Orçamento e as Grandes Opções do Plano;
 - d) Despachos do Presidente da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes;
 - e) Editais e avisos;
 - f) Comunicações internas do Presidente da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes;
 - g) Todos os demais documentos contabilísticos obrigatórios no âmbito do SNC-AP;
 - h) Documentos inerentes aos processos de contratação pública (programa do concurso, caderno de encargos, relatório preliminar e final, etc.);
 - i) Documentos dos processos de procedimentos concursais de recrutamento pessoal;
 - j) Correspondência recebida e expedida.

Artigo 8.º

Documentos Previsionais

1. Os documentos previsionais a adotar pela Junta de Freguesia de Vreia de Bornes são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento.
2. Compete ao executivo a preparação e a elaboração dos documentos previsionais.



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

3. A proposta dos documentos previsionais é apresentada ao órgão deliberativo pelo órgão executivo, na última sessão ordinária do órgão do ano anterior a que os documentos se referem, para sua aprovação.

4. A Assembleia de Freguesia aprova o Orçamento de modo que o mesmo entre em vigor no dia 1 de janeiro do ano a que o mesmo diz respeito.

Artigo 9.º

Orçamento da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes

O orçamento da Autarquia prevê todas as despesas e receitas da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes, cuja caracterização se apresenta da seguinte forma:

- a) Na sua elaboração deve ter-se em conta os princípios orçamentais e as regras previsionais, constantes do POCAL e do SNC-AP, em articulação com o plano plurianual de investimentos;
- b) É constituído por dois tipos de mapas, o mapa resumo das receitas e das despesas e o mapa das receitas e despesas, sendo este último desagregado segundo a classificação económica;
- c) Em caso de atraso de aprovação do orçamento, manter-se-á em execução o orçamento em vigor do ano anterior, aplicado em regime de duodécimos.

Artigo 10.º

Grandes Opções do Plano

1. As Grandes Opções do Plano compreendem as linhas de desenvolvimento estratégico da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes, sendo constituído pelo Plano Plurianual de Investimento.

2. Caso assim seja deliberado pelo órgão executivo, poderá ainda incluir as atividades mais relevantes da gestão autárquica.



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

Artigo 11.º

Plano Plurianual de Investimentos

1. O plano plurianual de investimentos inclui todos os projetos e ações de investimento a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela autarquia, explicitando a previsão da respetiva despesa orçamental por investimentos e ativos financeiros, bem como as respetivas fontes de financiamento.
2. A sua concretização baseia-se nas seguintes especificações:
 - a) Terá um horizonte móvel de quatro anos, devendo ser reajustado todos os anos;
 - b) Prevê a elaboração do mapa de execução anual do plano plurianual de investimentos para apoiar o acompanhamento da sua execução;
 - c) Em caso de atraso na aprovação do orçamento, manter-se-á em execução o plano plurianual de investimentos em vigor;
 - d) só podem ser realizados projetos e/ou ações até ao montante de dotação inscrita para esse ano no orçamento respetivo.

Artigo 12.º

Organização e Arquivo de Processos

1. Os processos administrativos e os dossiers técnicos em suporte papel, devem ser organizados, por temas e assuntos específicos, facilmente identificáveis e devem ser guardados, obrigatoriamente, no edifício sede da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes.
2. Compete ao Presidente da Autarquia, ou ao funcionário administrativo designado por este, organizar os respetivos processos devendo arrumar os mesmos de forma adequada, tendo em conta as regras definidas no âmbito do Regime Geral de Proteção de Dados e legislação conexas.
3. Todos os dossiers devem ser mantidos em arquivo e ordenados, registos e documentos de suporte atendendo aos prazos e regras legalmente definidos.
4. Será dada preferência ao formato digital de documentos, podendo o arquivo também ser digital.



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

Artigo 13.º

Correio eletrónico

1. A conta de correio eletrónico profissional, só pode ser utilizada para os fins institucionais.

2. O utilizador que se ligou a um computador é considerado o autor de qualquer mensagem enviada a partir do mesmo.



Capítulo IV

Princípios e regras, de elaboração e execução dos documentos previsionais

Secção I

Artigo 14.º

Execução orçamental

1. Na elaboração e execução do orçamento da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes, devem ser seguidos os princípios e regras previsionais pelo SNC-AP.
2. A aplicação dos princípios contabilísticos fundamentais formulados no SNC-AP, devem conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes.
3. No âmbito da execução orçamental, poderão ocorrer modificações aos documentos previsionais, as quais podem gerar alterações permutativas ou alterações modificativas.

Artigo 15.º

Princípios contabilísticos e regras orçamentais

Tendo em vista a elaboração do orçamento da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes, deverão ser tomados em consideração os seguintes princípios orçamentais:

- a) Princípio da independência: a elaboração, aprovação e execução do orçamento da autarquia é independente do Orçamento de Estado;
- b) Princípio da anualidade: os montantes previstos no orçamento são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil;
- c) Princípio da unidade: o orçamento da autarquia é único;
- d) Princípio da universalidade: o orçamento contém todas as despesas e receitas para o ano a que diz respeito;



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

- e) Princípio do equilíbrio: o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, sendo que as receitas correntes devem ser, pelo menos, iguais às despesas correntes;
- f) Princípio da especificação: o orçamento discrimina suficientemente todas as despesas e receitas nele previstas;
- g) Princípio da não consignação: o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei;
- h) Princípio da não compensação: todas as despesas e receitas são inscritas pela importância integral, sem deduções de qualquer natureza.

Secção II

Execução e modificações dos documentos previsionais

Artigo 16.º

Execução do plano plurianual de investimentos

1. A execução do plano plurianual de investimentos num dado ano é apresentada no mapa de execução do plano plurianual de investimentos, destacando o nível de execução financeira anual e global.
2. Só podem ser realizados os projetos ou ações previstas inscritas no plano plurianual de investimentos e até ao montante definido da dotação em «financiamento definido para o ano em curso».

Artigo 17.º

Modificações dos documentos previsionais

1. As modificações introduzidas ao orçamento poderão ser feitas por alterações permutativas e alterações modificativas ao orçamento.
2. Há lugar a alterações modificativas do orçamento quando houver aumento global da despesa orçamentada, para ocorrer a despesas não previstas, salvo quando se trata de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados e aplicação de nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial.



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

3. Há lugar a alterações permutativas orçamentais ao longo do exercício económico, para fazer face a despesas insuficientemente dotadas.
4. As modificações ao plano plurianual de investimentos resumem-se em alterações modificativas e alterações permutativas.
5. As modificações do plano plurianual de investimentos implicam as adequadas modificações no orçamento, quando for o caso.
6. As alterações modificativas do plano plurianual de investimentos ocorrem sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projetos anteriormente previstos e aprovados.
7. A realização antecipada de ações previstas para os anos anteriores, ou a modificação do montante das despesas de qualquer projeto constante no plano plurianual de investimentos, devem ser precedidas de uma alteração ao plano, sem prejuízo das adequadas modificações ao orçamento, quando for o caso.

Artigo 18.º

Sistema informático

1. Os registos contabilísticos são processados informaticamente, por membro do executivo e/ou funcionário indicado para o efeito e/ou pelo contabilista certificado e/ou empresa de contabilidade responsável pelo serviço.
2. A integridade e confidencialidade dos dados devem estar devidamente protegidas.



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

Capítulo V

Receitas e despesas

Artigo 19.º

Principais receitas e outros fundos

1. Compete à Junta de Freguesia de Vreia de Bornes a cobrança das suas receitas, bem como quaisquer outros fundos destinados a outras entidades, em que a Junta de Freguesia de Vreia de Bornes seja interveniente.
2. Constituem principais receitas e fundos da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes os seguintes:
 - a) Fundo de Financiamento de Freguesias (FFF);
 - b) Transferências da Administração Central e Local e de outras instituições;
 - c) Receitas provenientes de atestados, declarações e certidões;
 - d) Receitas provenientes de licenciamento de canídeos e felinos;
 - e) Receitas provenientes de cemitérios;
 - f) Receitas provenientes de rendas e alugueres;
 - g) Receitas provenientes de rendimentos de capital (juros);
 - h) Receitas provenientes de fotocópias, documentos e outras.

Artigo 20.º

Despesas

1. As despesas só podem ser assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com uma dotação igual ou superior, respetivamente, ao cabimento e ao compromisso, a qual constitui o limite máximo a utilizar na sua realização.
2. A cabimentação consiste na cativação de determinada dotação orçamental visando a realização de uma despesa, sendo efetuada com base numa requisição interna ou



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

proposta de aquisição de equipamento, cumprindo-se um dos requisitos da contabilidade pública.

3. A assunção do compromisso, face a terceiros, de realizar despesa será efetivada com base em requisição externa ou contrato para aquisição de determinado bem ou serviço, cuja aquisição foi previamente autorizada na fase de cabimento.

4. O processamento ou reconhecimento da obrigação relativa à despesa nasce no momento da receção da fatura ou documento equivalente, seguindo-se as fases de liquidação e pagamento, após as respetivas conferências.

5. A liquidação corresponde à determinação do montante exato que nesse momento se constitui, a fim de permitir o respetivo pagamento, dando lugar à emissão da ordem de pagamento e posterior autorização do pagamento.

6. Nenhuma despesa poderá ser assumida sem que haja uma autorização prévia expressa, sendo, em caso contrário, considerada inexistente para efeitos internos, com responsabilização pessoal e disciplinar do autor.



Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar

Capítulo VI

Reportes de informação e prestação de contas

Artigo 21.º

Documentos de prestação de contas

1. Os documentos de prestação de contas da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes a aprovar pelo órgão executivo são os enunciados no SNC-AP e nas instruções e resoluções do Tribunal de Contas.
2. Os documentos de prestação de contas preparados conforme o SNC-AP são submetidos pela Junta de Freguesia de Vreia de Bornes para apreciação e votação na sessão de abril do ano seguinte ao que respeitam as contas.
3. As contas são prestadas por anos económicos que coincidem com o ano civil.
4. Sempre que exista alteração do órgão executivo da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes é necessário prestar contas intercalares ao Tribunal de Contas, no prazo de 45 dias após a substituição dos membros do referido órgão.

Artigo 22.º

Deveres de informação e publicidade

1. Compete ao Presidente da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes assegurar os reportes de informação mensal de natureza contabilístico-financeira à empresa de contabilidade.
2. As obrigações declarativas fiscais são garantidas por um dos membros do executivo.
3. Compete ainda ao Presidente da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes a elaboração da informação financeira que apresenta nas sessões ordinárias de Assembleia de Freguesia.



Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar

Capítulo VII

Empréstimos bancários e endividamento

1. A Junta de Freguesia de Vreia de Bornes pode contrair empréstimos de curto prazo junto de qualquer instituição autorizada por lei a conceder crédito, que devem ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados. Os empréstimos de curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, não podendo o seu montante exceder, em qualquer momento, 20% do Fundo de Financiamento da Freguesia respetivo.
2. A Junta de Freguesia de Vreia de Bornes pode celebrar contratos de locação financeira para aquisição de bens móveis, por um prazo máximo que não pode exceder o limite do mandato a que diz respeito, e de bens imóveis, com duração anual, renovável até ao limite máximo do mandato em causa, e desde que os respetivos encargos sejam suportados através de receitas próprias.
3. A celebração de contratos de empréstimo de curto prazo, de aberturas de crédito e de locação financeira compete à Junta de Freguesia de Vreia de Bornes, mediante autorização prévia por parte do órgão deliberativo.

Artigo 23.º

Documentos de prestação de contas

O montante das dívidas orçamentais da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes a terceiros, excluindo as relativas a contratos de empréstimo de curto prazo ou aberturas de crédito, não pode ultrapassar os 20% das suas receitas totais arrecadadas no ano anterior.



Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar

Capítulo VIII

Disponibilidades

Artigo 24.º

Caixa

1. Em caixa na sede da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes, poderá apenas estar constituída pelos seguintes meios de pagamento:

- a) Notas de banco;
- b) Moedas metálicas em circulação em Portugal;
- c) Cheques.

2. Não poderá fazer parte da caixa:

- a) Vales aos funcionários ou aos membros dos órgãos autárquicos;
- b) Selos fiscais;
- c) Cheques pré-datados e cheques sacados por terceiros e devolvidos pelo banco;
- d) Documentos justificativos de despesas efetuadas.

3. Em caixa dever-se-á ter em conta as seguintes condições:

- a) Evitar a concentração de fundos elevados;
- b) Reduzir a quantidade de fundos de maneiio;
- c) Os fundos existentes na tesouraria têm de ser guardados em cofre.

Artigo 25.º

Limites de disponibilidade em caixa

1. A importância em numerário existente em caixa não deve ultrapassar o montante adequado às necessidades diárias da autarquia.



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

2. Os recebimentos e pagamentos diários são guardados e posteriormente enviados, devidamente selados e acompanhados pelos documentos comprovativos da receita ou despesa, para a empresa de contabilidade.
3. Sempre que a importância em caixa ultrapasse o montante de 500€ (quinhentos euros), o Presidente da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes deve providenciar de imediato a realização de um depósito.

Artigo 26.º

Contas bancárias

1. Compete à Junta de Freguesia de Vreia de Bornes decidir sobre a abertura de contas bancárias tituladas pela mesma, bem como a natureza das mesmas.
2. As contas bancárias previstas no número anterior são movimentadas com as assinaturas do Presidente da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes e de um dos vogais que exercem as funções de Secretário ou o Tesoureiro.

Artigo 27.º

Meios de pagamento

1. São admitidos os seguintes meios de pagamento:
 - a) Numerário em montante não superior a 500€ (cem euros);
 - b) Cheques nominativos;
 - c) Transferências bancárias.
2. O modo de pagamento preferencial deverá ser por transferência bancária.



Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar

Artigo 28.º

Fundos de manei

1. O órgão executivo pode, através de deliberação, aprovar a constituição de um ou mais fundos de manei para fazer face ao pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.
2. A constituição e o modo de utilização dos fundos de manei deverá ser objeto de regulamento próprio para o efeito, a aprovar no órgão executivo.



Capítulo IX

Generalidades

Artigo 29.º

Inventário

1. A Junta de Freguesia de Vreia de Bornes elabora e manterá o inventário de todos os bens, direitos e obrigações constitutivos do seu património.
2. O inventário rege-se pelos termos definidos na legislação específica para o efeito.

Artigo 30.º

Património da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes

1. Fazem parte integrante do património da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes os bens detidos por esta com continuidade e que integram os elementos tangíveis, móveis e imóveis, que a autarquia utiliza na sua atividade operacional, tais como:
 - a) Terrenos e recursos naturais;
 - b) Edifícios e outras construções;
 - c) Equipamento básico;
 - d) Maquinaria e materiais;
 - e) Equipamentos administrativos;
 - f) Outros.
2. Todos os bens referidos no número anterior deverão estar devidamente identificados no registo de inventário, de forma a poder servir de informação de carácter económico e financeiro.



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

Artigo 31.º

Responsabilidade pelo uso de bens

Cada funcionário é responsável pelos bens e equipamentos que lhe estejam atribuídos, para o que subscreverá um documento de posse no momento da entrega eventual de cada bem ou equipamento constante no inventário.

Artigo 32.º

Viaturas

1. As viaturas de serviço da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes apenas poderão circular se reunirem os seguintes requisitos:
 - a) Possuam os documentos legalmente exigíveis;
 - b) Possuam certificado de seguro;
 - c) Estejam autorizadas a circular.
2. Os procedimentos a observar na utilização, condução, abastecimento e estacionamento das viaturas da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes serão objeto de deliberação do órgão executivo.
3. Em todas as viaturas existe um mapa de quilómetros, em modelo a definir pelo executivo, que deverá ser preenchido pelos utilizadores.

Artigo 33.º

Seguros

1. Todos os bens móveis e imóveis da vreia devem estar adequadamente seguros pelos respetivos valores, competindo ao Executivo as diligências necessárias a assegurar tal questão.



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

2. Sempre que ocorra a necessidade de acionar o seguro, o Presidente da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes deve proceder nesse sentido.

Artigo 34.º

Apoios

1. Os apoios, subsídios, benefícios e análogos são atribuídos mediante deliberação do órgão executivo, no exercício das competências previstas na lei, regulamentos por esta aprovados e demais legislação aplicável.
2. A atribuição de apoios, subsídios, benefícios e outros de análoga natureza fica sujeita a prévia cabimentação no orçamento da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes e/ou confirmação de existência de saldo disponível na rubrica própria do orçamento.
3. As regras de atribuição de apoios são preferencialmente enquadradas em regulamento próprio para o efeito.



**Freguesia de Vreia de Bornes
Concelho de Vila Pouca de Aguiar**

Capítulo X

Disposições finais

Artigo 35.º

Violação das normas

A violação das normas estabelecidas no presente regulamento, sempre que indicie o cometimento de infração disciplinar, dará lugar à imediata instauração do procedimento competente.

Artigo 36.º

Casos omissos

1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições legais determinadas no SNC-AP, assim como a restante legislação em vigor aplicável às autarquias locais.
2. As dúvidas de interpretação e casos omissos serão resolvidas por deliberação da Autarquia, sob proposta do seu Presidente.

Artigo 37.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no site da internet da Junta de Freguesia de Vreia de Bornes.